



Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE NOVEMBRO DE 1980

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado. À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Del Ciel, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renáto Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (53). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Agui-naldo Pereira Lima, David Cheriegate, Deni Schwartz, Fiori Luiz e José Domingos Scarpelini (5).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n.ºs 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281 e 282/80, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei sob os seguintes números:

43/80: Do Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.377. — Anote-se. Arquivo-se.

97/80: Do Senhor Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUÁ, com sede e foro na cidade de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.378. — Anote-se. Arquivo-se.

64/80: Dos Senhores Deputados DENI SCHWARTZ, DOMÍCIO SCARAMELLA e OUTROS, que denominam Rodovia Engenheiro Tancredo Benghi a Rodovia PR-170, partindo da BR-153 no Município de General Carneiro, passando por Bituruna, Pinhalão até Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.379. — Anote-se. Arquivo-se.

99/80: Do Senhor Deputado RUBEN VALDUGA, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS, de Bandeirantes, com sede e foro na cidade de Bandeirantes - PR, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.380. — Anote-se. Arquivo-se.

98/80: Do Senhor Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública o HOSPITAL E MATERNIDADE DE MORRETES, com sede e foro na cidade de Morretes, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.381. — Anote-se. Arquivo-se.

72/80: Do Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LAR DOS MENINOS DO XAXIM, nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.376. — Anote-se. Arquivo-se.

178/79: Do Senhor Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a CASA ASSISTENCIAL - MARIA DOLORES, com sede e foro na cidade de CASCAVEL, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.375. — Anote-se. Arquivo-se.

79/80: Do Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a ESCOLA ESPECIALIZADA AMOR PERFEITO, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de São José dos Pinhais, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.374. — Anote-se. Arquivo-se.

88/80: Do Senhor Deputado ANTÔNIO ROMERO FILHO, que altera redação da Lei n.º 6.755 de 1975, passando a declarar de utilidade pública o LAR SÃO VICENTE DE PAULO, mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, em substituição a Conferência Vicentina São Francisco de Assis, Sociedade São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Umuarama, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.373. — Anote-se. Arquivo-se.

108/80: Do Senhor Deputado EZEQUIAS LOSSO, que retifica o Artigo 4.º da Lei n.º 230, de 29 de dezembro de 1961, (Cria no Município de TUNEIRAS DO OESTE, o Distrito Administrativo e Judiciário de Aparecida d'Oeste), o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.372. — Anote-se. Arquivo-se.

128/80: Do PODER EXECUTIVO, introduzindo alterações que especifica, no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, o qual convertido em Lei tomou o n.º 7.382. — Anote-se. Arquivo-se.

So o n.º 445/80/msp, do Senhor GEORGE CRISTÓFIS, Presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná, agradecendo ao Senhor Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO e aos Ilustres Senhores Deputados integrantes desta Douta Casa, pelo VOTO DE CONGRATULAÇÃO inscrito em Ata dos Trabalhos Legislativos, por ocasião de sua posse como Presidente da Federação acima citada. — Anote-se. Arquivo-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo

pesar pelo falecimento do Senhor HENRIQUE SPAGOLLA, ocorrido no dia 11 do corrente, no Município de Santa Mariana.

O extinto que foi pioneiro na região, exerceu diversas atividades sempre atuando com destaque em prol do progresso do referido município, deixou viúva a Senhora Ema Rafaela Ferrari Spagolla e os seguintes filhos: José Quintino Spagolla, casado com a Senhora Vera Rejane de Souza Spagolla, Antônia Terezinha Spagolla, Elenir Spagolla, Francisco Eloi Spagolla, Maria Inês Spagolla, Stella Spagolla, Rafael Henrique Spagolla e Ceci Mara Spagolla, solteiros.

Requer, outrossim, que da decisão do Plenário, seja comunicada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1980.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, REQUER envio de apelo de Futebol - CBF, pleiteando a manutenção do Grêmio de Esporte Maringá na Taça de Prata.

Solicita comunicação neste sentido à Câmara Municipal de Maringá.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1980.

(a) GABRIEL SAMPAIO e
ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Toda a região de Maringá aguarda confiante decisão da CBF visando a manutenção do Grêmio no torneio Taça de Prata.

A não inclusão da equipe na disputa representaria um retrocesso para a região, que já demonstrou por diversas vezes ser economicamente viável para sediar disputas futebolísticas.

Além disso, a equipe teve uma boa participação no Campeonato Paranaense de Futebol, o que por si só justificaria a sua manutenção na Taça de Prata.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso e gozo de suas atribuições legais, REQUER que, depois de ouvida a Casa, seja encaminhado à Direção do Instituto Nacional de Previdência Social, pedido de instalação de uma agência na Cidade de Cianorte.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1980.

(a) ROMERO FILHO.

JUSTIFICATIVA:

Cianorte ocupa situação geográfica privilegiada na região Noroeste do Estado, com população que se aproxima da casa dos cem mil habitantes, a maioria esmagadora radicada na zona rural. Constitui, por outro lado, importante centro de irradiação, estando a ela vinculados numerosos municípios vizinhos.

O funcionamento de uma agência local do Instituto Nacional de Previdência Social traria benefícios incalculáveis à sua população laboriosa e ordeira, pelo pronto atendimento decorrente, em lugar dos necessitados de assistência, ou da orientação, terem de realizar, como ocorre hoje, longas viagens em busca de recursos.

A reivindicação é legítima, por quanto é elevadíssimo o número de segurados do INPS em Cianorte, que para ele contribuem mensalmente. E a função precípua do serviço público é a de ir ao encontro das necessidades da coletividade que pretende servir.

Isto posto, o encaminhamento do presente pedido não

fere dispositivos legais, mesmo em se tratando de serviço da alçada federal, motivo por que não existe impedimento algum para sua aprovação, além de ser manifestação fiel de uma comunidade que trabalha e que produz, para o engrandecimento do Paraná e do Brasil.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 163/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE TOLEDO - FUMEST", no Município de Toledo.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1980.

(a) EGON PUDELL.

JUSTIFICATIVA:

Justifica a presente solicitação, face às suas altas finalidades:

- promover a pesquisa e o desenvolvimento das ciências;
- formar pessoas habilitadas ao exercício das profissões técnico-científicas e de magistério;
- prestar serviços à comunidade;
- colaborar com as instituições congêneres do País, na defesa dos princípios de liberdade e de solidariedade humana que inspiram a educação nacional.

Eis porque, respeitosamente, solicita a esta egrégia Casa de Leis a aprovação do presente decreto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Novamente volto a abordar o assunto violência, procurando registrar nesta Casa o meu protesto veemente contra os abusos que vêm sendo cometidos contra o bolso do nosso povo.

Trata-se da violência tecnocrática, colocada em ação pela administração municipal, através do famigerado sistema ESTAR.

Com a criação deste novo modelo de taxa, praticamente alugando as ruas da cidade, a Prefeitura Municipal passou a procurar novas áreas de estacionamento, transformando setores proibidos em áreas de ESTAR.

Na Marechal Deodoro está um exemplo aparente, pois se antes o estacionamento era permitido somente em um de seus lados, hoje é liberado em ambos os lados, com a cobrança da taxa.

Pelo visto, o Governo não se deu conta do papel inflacionário que as tarifas estão exercendo na nossa economia.

São coisas assim que nos assustam muito.

Com a alegação de uma suposta disciplina na utilização das vagas de estacionamentos nasceu a "área do aluguel", gerando novos problemas, criando uma verdadeira máquina de fazer multas. Imitando cidades estrangeiras, onde a inflação não é nem sombra da nossa e onde a condição social é muito melhor, o sistema está sendo aplicado em Curitiba, provocando justos protestos e causando revolta junto à população, que não merece esta violência contra o seu orçamento.

Agora, a situação se agrava ainda mais, pois a Prefeitura Municipal mostra disposição em aceitar a idéia proposta pela URBS, transformando a região onde está situado o Mercado Municipal em "área de aluguel". Desta forma, o Poder Executi-

vo, através da URBS, passará a carrear para seus cofres, indiretamente, parte dos gastos com hortifrutigrangeiros da população da Capital.

Os feirantes estão seriamente preocupados, pois sabem que vão perder clientes.

A população motorizada está indignada, pois sabe que a decisão representa nova violência contra seu orçamento.

Mesmo porque, o motorista terá que pagar por um período de duas horas, quando na verdade vai gastar dez ou quinze minutos para fazer suas compras.

Trata-se de uma fórmula agressiva de espantar fregueses daquele Mercado. Uma ganância desenfreada, merecedora de uma tomada de posição.

Ficar calado ou omissão é aceitar os erros e a incompetência dos tecnocratas.

Deixamos neste alerta a nossa esperança de que o Prefeito Jaime Lerner venha a vetar tal projeto, prevalecendo desta forma o bom senso.

Mesmo porque se for aprovado o projeto que visa cobrar estacionamento, através do sistema ESTAR, na área do Mercado Municipal, ninguém poderá evitar que nos próximos dias a ganância seja responsável pela cobrança de estacionamentos junto a hospitais, cinemas, cemitérios, clubes sociais, campos de futebol etc.

Fala-se também, na majoração dos talonários do sistema ESTAR.

Outro golpe contra o bolso do povo.

A população motorizada já está sofrendo com o altíssimo preço da T.R.U. que, de tão alto, foi dividido em três pagamentos.

Sofre com os sucessivos aumentos no preço da gasolina e ainda tem despesas com pneus, peças caras, revisões, emplacements etc.

Agora, já estão cobrando estacionamento em vias públicas, restando apenas cobrar uma TAXA DE CIRCULAÇÃO, pois, é só isso o que está faltando.

Era isto, Sr. Presidente, nobres companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Uso a tribuna nesta oportunidade para encaminhar à Mesa um requerimento que tem o seguinte teor: (Lê):

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando sejam promovidos por avanço diagonal, nos termos do Decreto n.º 3.106, de 24/10/80, os professores estáveis pela Lei n.º 6.819/76, não constantes na relação nominal dos promovidos pela Resolução n.º 5.852, de 31/10/80.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1.980.

JUSTIFICATIVA:

Cerca de 1.300 professores estabilizados pela Lei n.º 6.819/76 acham-se excluídos da possibilidade de obterem os benefícios da promoção diagonal, tanto que uma boa parte deles, com mais de 20 (vinte) anos de serviço no Estado, não constou na relação nominal dos promovidos pela Resolução n.º 5.852, de 31/10/80, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 03/11/80.

Entretanto, fazendo-se uma análise jurídica da situação desses professores em vista da promoção diagonal, aos mesmos assiste o direito líquido e certo dessa promoção.

A Lei n.º 6.819/76, que reconheceu a estabilidade desses professores, após dez anos de reivindicações constantes e lutas judiciais, foi prevista pelo § 2º, do artigo 177, da Constituição Federal de 1967.

Diz essa lei em seu art. 4.º:

“Aplicam-se a estes servidores as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná e da Legislação específica do Magistério.”

A Legislação específica do Magistério compreende, entre outras leis, a Lei Complementar n.º 6/76, que é o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná e a Lei Federal n.º 5.692/71.

É a Lei Complementar n.º 7/76 que dispõe, em seus arts. 10, § 6.º, 12, 33 e 36, e Anexos I-A, I-B e III, sobre a promoção por avanço diagonal, regulamentada pelo Decreto n.º 3.106, de 24/10/80, e que foi objeto da Resolução n.º 5.852, promovendo milhares de professores, com melhorias sensíveis em seus vencimentos.

Por disposição da Lei n.º 6.819/76, esses professores foram estabilizados com retribuição mensal correspondente aos cargos de Professor do Ensino Médio dos níveis 20, 21 e 22 do Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, conforme a habilitação que possuísem, ou não, à data daquela Lei.

O próprio Governo do Estado, reconhecendo direito de tais professores, expresso na lei supra-mencionada, fez a transposição dos mesmos para o Quadro Próprio do Magistério, nos termos da Lei n.º 6.892/77, para as classes “C” ou “E”, com vencimentos dos níveis “3” ou “5”, desde que optassem pelo regime de 22 aulas semanais, previsto no Estatuto do Magistério. E a maioria absoluta desses professores optaram pelo Quadro Próprio do Magistério, no regime estabelecido por lei, para terem os benefícios desse Quadro.

“A contrário sensu”, caso o Governo do Estado não reconhecesse direito de inclusão no Quadro Próprio do Magistério para tais professores, estes encontrar-se-iam hoje nos níveis 20, 21 e 22 do Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo e nunca nos níveis “3” ou “5”, classes “C” ou “E”. do Quadro Próprio do Magistério Público Estadual.

Para argumentar mais ainda, basta dizer hoje, em termos jurídicos, não existe qualquer distinção dentre professores estáveis pela Lei n.º 6.819/76 e professores efetivos concursados. Um exemplo: o próprio Decreto n.º 2.009, de 3/3/80, que disciplinou distribuição de aulas extraordinárias a professores e especialistas de Educação, não faz qualquer distinção entre os mesmos.

Portanto, desfalece qualquer razão jurídica que tenta impedir a concessão da Promoção Diagonal a esses professores estáveis pela Lei n.º 6.819/76, que também se encontram amparados pela Lei Complementar n.º 7/76, fundamento legal da promoção diagonal.

É, pois, direito líquido e certo a concessão da Promoção Diagonal aos professores estáveis pela Lei n.º 6.819/76.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Também com referência a professores, quero, nesta oportunidade, fazer um apelo a Sua Excelência o Governador do Estado, para que não recorra da decisão do tribunal da Junta de Conciliação e Julgamento de Maringá, que deu ganho de causa aos professores universitários, da Universidade Estadual de Maringá, possibilitando que aqueles professores e funcionários da Fundação Estadual de Maringá, obtenham o benefício do reajuste semestral nos seus salários.

A disputa que se deu, na Justiça Trabalhista de Maringá, foi, de certo modo, benéfica para que se encontrasse em todos os termos, um caminho final, uma situação final para esta situação de funcionários de Fundações Estaduais que julgam ter o direito de reajustes semestrais, e que até agora não havia uma definição a respeito.

Com a decisão da Justiça Trabalhista de Maringá, caso o Governo venha a solicitar o prosseguimento desta luta judi-

cial, teremos, inevitavelmente, uma greve dos professores universitários daquela cidade, o que trará sérios prejuízos a todos os cinco mil alunos da Universidade Estadual de Maringá e também ao Estado do Paraná, por ver-se envolvido em mais uma luta entre professores estaduais.

É o apelo que deixo, nesta oportunidade, ao Sr. Governador do Estado, para que não recorra da decisão da Junta de Conciliação e Julgamento de Maringá, e por todos os meios procure condições de dotar a Universidade Estadual de Maringá e também as de Londrina e Ponta Grossa, de condições financeiras, para promover o pagamento a esses professores, com reajustes semestrais, evitando assim, o prosseguimento desta luta que, sem dúvida alguma, trará apenas prejuízos a todo o Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A saúde do povo é a suprema lei.

Lamentavelmente, na cidade de Santo Antônio da Platina, esse pensamento não tem sido respeitado pelos homens que respondem pelo setor de Saúde Pública de nosso Estado.

Por esse motivo, assumimos a tribuna na tarde de hoje, porque o Posto de Saúde Pública de Santo Antônio da Platina está, há mais de 90 dias, desprovido de médico para atendimento ao povo.

Indigentes que sem emprego fixo, sempre na condição de sub-empregado, e que não estão filiados a nenhum órgão previdenciário e, por esse motivo, não resta outro caminho a não ser o de procurar o atendimento gratuito, através do Posto de Saúde Pública.

Tudo começou quando um grupo político, da cidade, resolveu agasalar no Posto um médico novo. Entretanto, o mesmo abandonou o Posto logo em seguida.

Mas, o que nos causa revolta e também tem causado revolta ao grande número de pessoas que nos têm procurado, em nosso gabinete, ou quando de nossa estada em Santo Antônio da Platina, que para ceder o cargo ao jovem médico a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Paraná exonerou o médico Jamidas Antunes Rodrigues, ex-Vereador, ex-Prefeito, ex-Deputado Estadual e, acima de tudo, um verdadeiro sacerdote da Medicina.

Duante vários anos, foi o responsável por aquele Posto de Saúde, e apesar do míngua salário que recebia pelo exercício da função, sempre procurou desempenhá-la com dedicação, com respeito ao povo carente que dele precisava e que o procurava.

Mesmo sabendo que no final do mês não receberia mais de Cr\$ 6.000,00, Dr. Jamidas deixou a ocupação que exercia há tanto tempo. Deixou magoado, deixou ferido, embora o seu alto espírito cristão e seu reconhecimento, quando estivemos em contato com ele, nos disse que a ordem natural das coisas era essa, e que já chegara a hora dele deixar o lugar para um médico mais jovem.

Entretanto, o jovem médico, com todo o apadrinhamento de um grupo político com relativa representatividade, não suportou os ônus da profissão, trabalhosa e mal remunerada, e simplesmente abandonou-a, fato esse que não aconteceu com o Dr. Jamidas, que por mais de dez anos exerceu aquela função, em Santo Antônio da Platina.

Mas, em toda essa trama provocada por esse grupo político, quem perdeu foi o povo platinoense, quem perdeu foi a comunidade de Santo Antônio da Platina, principalmente o povo carente, o povo que necessita de médicos e medicamentos gratuitos.

O Posto lá está, abandonado. Não tem médico, não tem remédio, não tem funcionários para atender. Tudo isso, graças à política que, no setor de saúde, deveria ser construtiva e não deveria deixar o povo abandonado e carente como está, naquela cidade.

Por esse motivo, estamos encaminhando à Mesa um requerimento dirigido ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, vazado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a indicação de um médico para responder pelo Posto de Saúde Pública na cidade de Santo Antônio da Platina, bem como seja enviado com máxima urgência, medicamentos para aquela unidade sanitária.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1980.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

A unidade sanitária de Santo Antônio da Platina, está já a quase noventa dias sem médico responsável e sem medicamentos, sendo grande os problemas ocasionados por essas deficiências, sendo necessária a interferência imediata do responsável pela Pasta da Saúde e do Bem Estar para sanar um problema de ordem social de tamanha monta”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Palácios, inscrito.

O SR. PALÁCIOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos instantes ouvimos o Deputado Tadeu Lúcio Machado, que, sempre preocupado como eu, pelas coisas de Santo Antônio da Platina, do Norte Pioneiro, reclamava pela indicação de um médico para assumir a chefia do Posto de Saúde de Santo Antônio da Platina.

Concordo com o eminente Deputado, quanto ao perfil traçado do médico Dr. Jamidas, que realmente, para Santo Antônio da Platina, tem sido um homem que tem dado praticamente a sua vida, mas devo, no entanto, fazer algumas reparações quanto à sua saída, que foi motivada única e exclusivamente por motivos de ordem administrativa — isto, o que nos informou a Secretaria de Saúde, refutando assim o posicionamento de que havia sido destituído do cargo por solicitação de grupos políticos. Se ela houve, não o foi pelo grupo que represento, e disto podemos dar provas não só testemunhais mas documentais.

Devo declarar a este Plenário que, após a destituição do médico, a demissão do médico do Posto de Saúde por motivos de ordem administrativa, pusemo-nos à frente para que fosse contratado um novo médico.

Em assim foi feito.

Foi contratado o médico Cláudio Luiz, que assumiu o Posto e o exerceu por 60 dias, aproximadamente, e decorridos esses dias, aquele médico, por razões particulares — que desconhecemos — solicitou sua demissão à Secretaria de Saúde, e após sua demissão encetamos novo trabalho, procurando um médico novo, levamos aproximadamente 20 dias, e nesses 20 dias em que não houvesse médico no Posto de Saúde, solicitamos ao Dr. Paulo Condessa, Chefe do Distrito Sanitário de Jacarezinho, que desse assistência com uma equipe provisória do Distrito Sanitário de Jacarezinho, não só pelo atendimento normal necessário àquela população, como porque e acima de tudo iniciava-se naquele município, um surto de sarampo, o que foi prontamente atendido pela equipe do Distri-

to Sanitário em caráter emergencial. Logo em seguida, continuando o nosso trabalho, conseguimos que um médico aceitasse a indicação e, consultado o Dr. José Fernandes Rodrigues Rueda, esse médico foi prontamente recontratado, ou melhor, contratado pela Secretaria de Saúde, através da Portaria 1437/80, datada de 06 de 11 de 1980, e segundo o nosso conhecimento, esse médico deverá assumir ainda hoje ou amanhã, o Posto de Saúde de Santo Antônio da Platina.

Creio que com essas medidas, a Secretaria de Saúde sanou o problema e aquela população voltará a ter a sua assistência médica que lhe cabe acima de tudo, de direito.

Portanto, ficam aqui os nossos esclarecimentos ao povo do Paraná, a este Plenário, e me congratulo todavia, com o Deputado Tadeu Lúcio Machado, que muito embora não tivesse conhecimento desses detalhes, mostrou que é um Deputado preocupado com o seu povo. E o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, que conosco tem procurado tratar de uma maneira séria os problemas de Santo Antônio da Platina e do Norte Pioneiro, pode estar tranquilo que o problema está sanado.

E ficam aqui estes esclarecimentos, porque certamente o seu requerimento irá propugnar para a contratação de um médico, uma vez que esse médico já está contratado.

E estes esclarecimentos que fazemos neste instante, são feitos de maneira tão séria quanto o Deputado que aqui me antecedeu, mostrando que também a Secretaria de Saúde vem tratando desse setor de uma maneira também muito séria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Concedo a palavra, ao último orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde que assumi uma cadeira neste Parlamento, tenho defendido a autonomia municipal, mais especialmente a volta das eleições diretas nas áreas consideradas de Segurança Nacional nos municípios considerados como faixa de fronteira e nas próprias estâncias hidrominerais.

Isto visto, porque no próprio Estado do Paraná, onde com a criação de novos municípios, passamos a ter um Estado com 300 e poucos municípios, e dentre eles apenas 11 são considerados como áreas de faixa de fronteira e área de Segurança Nacional.

O que requer, tirar o direito do povo de escolher seu legítimo representante, o seu autêntico dirigente. Nós aproveitamos do direito que nos foi conferido, como convencional do Partido Democrático Social, no último domingo. Apresentamos uma tese à convenção, e o que vale afirmar que fora aprovada por unanimidade, demonstrando que os próprios convencionais, em sua maioria, Prefeitos Municipais, querem o direito e igualdade, o direito de todos serem eleitos pelo próprio povo, pelo homem que comanda e que compreende a sua comunidade.

Nós gostaríamos que a bancada do nosso Partido na próxima Convenção Nacional, apresentasse uma tese aproveitando alguns itens da que apresentamos, solicitando a urgente devolução da sua autonomia a todos os municípios brasileiros.

E, no caso especialmente nosso, esta nossa posição é porque entendemos que só o legítimo voto popular é que pode definir a representatividade legal para cada comunidade. E quando se apresenta uma tese perante duzentos e noventa e poucos convencionais, como acontecia na Convenção do Estado estão sedentas e carentes por dias diferentes.

E nós entendemos também que a criação dessas áreas no passado pode ter sido necessário, tanto é que a grita não foi lá tão grande, porque se compreendia que atos também antipáticos a uma comunidade e perante todo um povo era

de se respeitar, e que fossem criadas essas áreas que se compreendia a dar segurança nacional ao nosso País através das fronteiras.

O que para nós hoje, já mais maduro e entendendo ao percorrer as estradas, os povoados, os distritos e as comunidades, paranaenses, nós entendemos que o povo já compreende e nós também de que eleição não tira segurança de uma Pátria. E sim, ela é apenas um exercício através do voto da democracia.

E por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, requeiro de Vossa Excelência que considere como lida para que seja publicada nos Anais desta Casa, a íntegra da tese que apresentamos no próximo dia 9 passado, na Convenção do Partido Democrático Social do Paraná, para que se registre, e que no futuro não levante dúvidas da posição deste parlamentar em favor das eleições populares, do voto livre do povo; para escolher os seus legítimos dirigentes, os seus representantes máximos que são os Prefeitos Municipais.

Requeiro a Vossa Excelência transcrição nos Anais, da tese que apresentamos no próximo dia 9 passado.

Muito obrigado.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata)

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente ao Deputado Darcy Deitos. (Ausente)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério. Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno. Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci. Tendo declinado, e não havendo mais oradores inscritos no Grande Expediente, consulto à Liderança do PMDB se deseja usar do seu horário.

O SR. NEL TON FRIEDRICH — Usará da palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Esta Assembléia examina hoje o primeiro turno da discussão relativa ao aumento salarial ou aumento de vencimentos do funcionalismo público estadual.

Simultaneamente apreciará também em primeiro turno o Projeto de Lei provindo da Mensagem que busca conceder um abono de emergência para os funcionários públicos do Estado do Paraná.

Evidentemente Sr. Presidente, que nesta fase de discussão não se abordará regimentalmente o mérito da questão. Todavia, como questão preliminar para debate desta matéria do mais alto interesse da burocracia e da organização administrativa do Estado do Paraná, mister se faz que o assunto seja esgotado em todas as oportunidades que se possa apresentar.

E é com este espírito de levantar as questões relativas ao interesse do funcionário público, ao lado do qual temos tido uma posição, não diríamos severa mas constante e percusciente, junto ao Governo do Estado, no curso de todos estes anos, que temos servido neste Parlamento. E críticas temos feito, muitas das quais têm sido acolhidas pelo Governo do Estado. É verdade que no passado, quando ainda detinha a chefia da Secretaria de Recursos Humanos, o saudoso Secretário Gastão de Abreu Pires, esta Assembléia fez várias reformas no Estudo do Funcionário Civil do Paraná, empreendendo gran-

des conquistas para o servidor estatutário.

E recentemente, quando discutia-se a implantação do sistema do programa de assistência social a parcela relativa ao chamado "PAS", a nossa tese, vencida, era de que o valor referente a um mil e trinta e sete cruzeiros que correspondia ao "PAS" deveria ser incorporada aos vencimentos para os efeitos legais.

Fomos vencidos e advogamos também a tese de que o funcionário público civil do Estado não estava recebendo 67 por cento da elevação salarial, como apregoava o Governo na época.

E a preocupação que tínhamos, Sr. Presidente, cingia-se especificamente numa argumentação demagógica por parte do Governo.

Com o correr do tempo, víamos que a defasagem salarial, o arrocho salarial, vinha de encontro com este minguado vencimento, principalmente dos primeiros níveis de categorias de todos os poderes e especialmente do Poder Executivo, Legislativo e do Judiciário.

Isto porque já no mês de maio de 1980, portanto 4 meses depois da elevação dos salários ou de vencimentos básicos, estariam todos remontados, acavalados e aí permaneceu até recentemente no mês de novembro, quando houve uma outra elevação de salário.

Acontece que, ainda no mês de setembro, esta Assembléia Legislativa incorporou ao vencimento do funcionalismo público estadual a parcela adicional social e, por conseguinte, a partir do mês de novembro, o funcionário público estadual passou a ter um prejuízo real nos seus vencimentos, em função da revogação da lei que, neste mesmo ano, foi instituída, a chamada parcela adicional social.

O Governo de todos os tempos tem a mania de apregoar que está sendo uma das maiores preocupações o homem, o servidor público, e nós temos ponderado aqui desta tribuna, que no mais das vezes, o Governo se preocupa, sim, mas com os funcionários de categoria elevada, e exemplo disso está aí a reclassificação de cargos do Poder Executivo, em que faz uma grande elevação do nível salarial, ou de nível básico de vencimento do funcionário estatutário, aglomerando nas suas considerações principalmente aquele de categoria superior ou que tenha um nível de ensino superior.

Veja-se por exemplo.

No plano de reclassificação, Mensagem original que veio para apreciação deste Poder. Nota-se que o nível 30 até presentemente, tem um vencimento básico de pouco mais de 12 mil cruzeiros, e pela reclassificação, vai a mais de 42 mil cruzeiros, já incluída a parcela Adicional Social, apregoada então pelo Governo.

Mas a nossa indagação, Sr. Presidente, hoje mesmo, com a elevação do salário, com a proposição desta Mensagem que a Assembléia vai apreciar hoje, e que constada Ordem do Dia relativa ao Projeto de Lei 143/70, se considerarmos que o salário mínimo vigente hoje, no mês de novembro de 1980, fixado pela política salarial do Governo Federal, ajustou para a cifra de Cr\$ 5.778,50, e a Mensagem do Governo, elevando o vencimento salarial consta de níveis 1, 2, 3 e 4, Cr\$ 6.331,00.

Ora, adicionada a parcela adicional social, ao salário mínimo, teríamos uma defasagem para vários níveis, a vigorar ainda em 1981.

Se está implícita a Parcela Adicional Social, haveremos de ter um denominador que vários níveis de vencimento estão novamente acavalados, sem que tenha entrado em vigor, sem que tenha entrado em discussão a matéria relativa à elevação do funcionalismo estadual.

E é nesta parte, Sr. Presidente, que fazemos o nosso protesto contra essa propalada elevação do salário básico do funcionalismo estadual. Não é verdade que está implícita, que está incorporada a quantia igual a que seria hoje 25 por cento do salário mínimo regional. E essa parcela haveria de ser um mil

e quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros mensais a cada funcionário dessas categorias, desses níveis de vencimento.

Então, baseado na Mensagem que esta Casa aprecia hoje, haveríamos de ter um prejuízo real para o nível 1, de 891 cruzeiros; para os níveis 2, 3 e 4; igualmente para o nível 5, 846; o 6, 707; o 7, 566 cruzeiros; o 8, 423 cruzeiros, e o nível 9, 282 cruzeiros, e o nível 10, 138 cruzeiros mensais, baseado no Anexo I, Tabela I, cargos efetivos do Poder Executivo que foi enviado para esta Casa.

A não ser que o Governo não tenha o princípio constitucional de que nenhum funcionário público do Estado do Paraná pode perceber menos que o salário mínimo. E considerando o salário mínimo mais a Parcela Adicional Social, vai dar superior cifra a que propõe o Governo do Estado do Paraná.

Isso, a nosso ver e pela matemática, é indiscutivelmente irrefutável.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a bancada do PMDB vem, mais uma vez, dizer que o Governo está trabalhando com números de uma forma que não é política de atendimento do homem.

Deixamos aqui, mais uma vez, para que o futuro historiador do Paraná, faça uma apreciação diferente daquela que o Sr. Delfin Neto fez desde 1968.

O funcionário público, como também o empregado da iniciativa privada, vem pagando, a duras penas, o crescimento econômico do Estado, que se agiganta perante seus cidadãos, esmagando, criando problemas e dificuldades, fabricando delinquentes, baseado num salário injusto e irreal, não condizente com a Carta da ONU, e muito menos com os postulados da razão humana.

Sr. Presidente, os cinco minutos restantes, peço a Vossa Excelência sejam concedidos ao Deputado Gilberto Agibert Filho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) A Mesa comunica que já está esgotado o tempo da Liderança do PMDB, inclusive com trinta segundos ultrapassados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Faço um apelo a Vossa Excelência, porque não fui advertido do horário, tendo em vista que houve uma paralização.

Pediria a Vossa Excelência que considerasse os minutos que foram paralisados, concedendo a palavra ao Deputado Gilberto Agibert; apenas para encaminhamento de um requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Não houve paralisação.

A palavra estava com o nobre Deputado. E dado haver superado o tempo destinado à Liderança, lamentavelmente a Presidência não pode conceder a palavra ao nobre Deputado.

Consulta à Liderança do PP, se deseja fazer uso do tempo que regimentalmente lhe é reservado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, cedo o horário ao Sr. Deputado Gilberto Agibert.

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Com a palavra, o Sr. Deputado Gilberto Agibert.

O SR. GILBERTO AGIBERT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Governar, antes de qualquer coisa..."

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, a Questão de Ordem que formularei à Mesa é a seguinte: Sem embargo do respeito que me merece o nobre Deputado que ocupa neste momento a tribuna, apenas consulto a Vossa Excelência para que fique definida essa Questão de

Ordem:

Se um horário é destinado exclusivamente a uma Liderança Partidária, se é permitido que se transfira a outra agremiação partidária, o referido horário que é exclusivo da Liderança?

Formulo esta Questão de Ordem, Sr. Presidente, apenas para uma definição e para que fique registrado em livro próprio.

Repito: não é nenhuma falta de consideração ao nobre Deputado que se encontra na tribuna, apenas para que fique registrado em livro próprio, essa decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Esta Mesa considera que tem procedência a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério, porém, numa questão assim de decisão pura desta Presidência, concedeu que o Deputado Gilberto Agibert falasse, tendo em vista que o assunto por ele abordado, seria apenas o encaminhamento de um requerimento.

Assim sendo, fica esclarecido que, desde que o Deputado já está fazendo uso da palavra, terá a oportunidade de encaminhar o seu requerimento, porém, volto a afirmar, tem procedência a Questão de Ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério.

Em outra oportunidade, esta Presidência tomará maior cuidado para não transferir, não ceder o horário de uma bancada à outra.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência. O SR. GILBERTO AGIBERT — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Le): Governar é promover o bem-estar dos governados.

É somente desta maneira que nós admitimos e entendemos um governo e o consideramos digno e devidamente voltado para a busca de soluções que promovam o bem-estar da população.

Infelizmente, o Paraná não sente no momento uma devida e harmônica preocupação de órgãos da administração estadual, com relação às muitas necessidades do nosso homem interiorano, que ainda é maioria em nossa sociedade.

Um exemplo, gritante e que já foi tema de pronunciamento de outros representantes de nossa bancada e que, agora nós também abordamos, é o Projeto número 137, oriundo do Poder Executivo, que trata da implantação do Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, que na linguagem dos tecnocratas que colocam suas mãos de ferro sobre a administração estadual, recebeu a sigla de PRÓ-RURAL.

Todos os Senhores sabem das desigualdades de nosso Estado com a pobreza convivendo lado a lado com a riqueza de uns poucos, numa situação onde não existe lugar para novas siglas, e sim, para atos concretos e que tragam soluções práticas à população.

O caso de Prudentópolis, município que temos a honra de representar neste Legislativo e que tem o maior número de minifúndios do Paraná, deve ser analisado por todos, como um dos grandes exemplos que nem sempre das mesas dos planejadores sai a melhor solução para o agricultor paranaense.

Município localizado na região da erva-mate, Prudentópolis colaborou muito em décadas passadas para a consolidação da nossa economia, quando o mate era a única fonte de renda. Com o declínio daquela cultura, o município foi esquecido, como também o foi toda a região erva-teira.

Hoje, quando a erva-mate volta a fazer parte, com grande parcela de contribuição, da economia do município, continuamos desamparados pelo Governo Estadual, que deixa os setenta mil habitantes de Prudentópolis à margem das soluções e do amparo governamental que traça sua política de assistência ao pequeno produtor em herméticos gabinetes, onde a discussão em torno do "carpet" a ser usado ou o canal de música ambiente a ser sintonizado é muitas vezes mais importante que a preocupação com o bem-estar social de toda uma população.

Com tristeza e apreensão antevemos que o PRÓ-RURAL

já nasceu com o destino definido de ser apenas mais uma sigla para a quase totalidade dos agricultores paranaenses e benefícios para uns poucos.

Não é compreensível que os Secretários do Planejamento e da Agricultura estabeleçam prioridades, esquecendo que em outras regiões também vivem paranaenses que merecem e têm direito às mesmas atenções e têm os mesmos problemas e dificuldades que as regiões ditas "prioritárias".

Hoje, falamos por Prudentópolis, e amanhã certamente outro Deputado vai falar por outra região também esquecida. E o assunto poderá se tornar um rolo de neve para o Governo, que ainda tem tempo de evitar esta autêntica discriminação regional e principalmente, evitar uma enorme concentração com as Diretrizes Globais, solenemente divulgadas no início do governo, alardeando aos quatro ventos que o grande objetivo era o bem-estar social do homem paranaense.

Senhores Deputados.

Se insistimos em falar de Prudentópolis, é porque o nosso município tem dificuldades e não é exceção dentro da triste realidade em que vive mergulhado o municipalismo brasileiro, espremido entre o constante envio de receitas à União em troca de migalhas, enquanto do outro lado está o Executivo Estadual, que só se diz presente em vésperas de eleições quando uma estrada, uma ponte ou uma escola não passam de iscas para mais alguns votos ao partido governista.

Nossa região de origem tem potencialidades. Prudentópolis produz.

Porém, ficamos esquecidos no momento em que se faz um novo projeto como se os senhores do Estado estivessem no Norte, no Oeste ou na Capital. Nem mesmo a importância histórica na economia do Estado que representamos em outra época, sensibilizam os tecnocratas que devem saber que muita fortuna e muita posição consolidada no Paraná de hoje, se deve a bases conquistadas e solidificadas com a cultura da erva-mate em que nossa região foi pródiga.

Nos dias atuais, a cultura erva-teira voltou a ter importância para Prudentópolis. Que isto seja um alerta de que nossas potencialidades ainda existem.

Só é preciso que o Governo Estadual não nos esqueça como paranaenses que também somos, e os tecnocratas demonstrem um verdadeiro conhecimento das nossas necessidades regionais e lutem para promover o desenvolvimento harmônico do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) A Presidência consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, consulto a Liderança do PDS. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 10/80 (Mens. Govern. nº 10/80), que autoriza o Poder Executivo alienar, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, o imóvel Gleba 2 - 4a. parte da Colônia São Jerônimo, aos seus legítimos ocupantes. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 10/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a alienar o imóvel Gleba 2 — 4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes.

Art. 2.º — Incumbe ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná promover a venda dos lotes da Gleba 2 4a. Parte da Colônia São Jerônimo, aos seus ocupantes, com prévia fixação de área, preço e condições de pagamento.

Art. 3.º — O produto das alienações de que tratam os artigos anteriores será recolhido à Fazenda Estadual.

Art. 4.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei no. 137/70 (Mens. Govern. no. 60/80), que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos a projeto especial, pela Administração Direta e Indireta do Estado. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 137/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, durante o período de 1980 a 1983, operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID —, até o valor equivalente a US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para atendimento ao Programa Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural—PRORURAL.

Art. 2.º — O prazo de amortização, carência, juros e taxas adicionais e comissões referentes ao empréstimo ou financiamento a ser tomado, obedecerá às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais, e às exigências dos órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 3.º — O Poder Executivo incluirá, em cada Orçamento Anual, suficientes dotações orçamentárias para as amortizações a serem procedidas no exercício correspondente, bem como para os juros e demais encargos da dívida contratada e a contratar.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 1980.

(aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Antes que Vossa Excelência atenda o pedido do nobre Deputado, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere e solicita do Sr. 1o. Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Responderam à chamada nominal, 39 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. MÁRIO CELSO — (PELA ORDEM) Sr. Presidente, declino da verificação de votação do Projeto de Lei no. 137/80.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Retirada a questão de ordem.

APROVADO O PROJETO DE LEI Nº 137/80.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 141/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Jataizinho", com sede e foro no Município de Jataizinho. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 56/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição no. 44/80 (Mens. Govern. no. 39/80), que aprova os termos de convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nas sedes dos referidos municípios, para o exercício de 1980, conforme o Programa Especial de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná — PRONOROESTE. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 57/80, oriundo de Parecer da C.C.J., à ex-Proposição no. 60/80, (Mens. Govern. no. 62/80), que aprova os termos aditivos aos convênios celebrados nas datas que especifica, entre o Estado do Paraná e os municípios aqui nominados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 143/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. no. 64/80), que majora os vencimentos dos servidores civis e militares do Estado, para vigorar a partir de 01 de janeiro de 1981. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F., por unanimidade, e da C.R.H., na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA por unanimidade. COM PRAZO CONSTITUCIONAL.

PROJETO DE LEI No. 143/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — A partir de 01 de janeiro de 1981, as Tabelas de Vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado, passam a vigorar com os valores constantes dos Anexos I e II.

Art. 2o. — O valor unitário do salário família atribuído ao funcionalismo estadual, fica fixado em Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 3o. — O valor mensal das pensões especiais, previsto no artigo 4o. da Lei no. 7258, de 30 de novembro de 1979, fica fixado em Cr\$ 3.664,00 (três mil, seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 4o. — O valor da gratificação de regência de classe de que trata o art. 10 da Lei no. 7099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em Cr\$ 58,00 (cinquenta e oito cruzeiros).

Art. 5o. — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis nos. 6569, de 25 de junho de 1974; 6593, de 15 de agosto de 1974; 6641, de 04 de dezembro de 1974; 6787, de 31 de maio de 1976 e 7066, de 06 de dezembro de 1978, fica majorada em índice percentual igual ao atribuído por esta lei aos vencimentos dos cargos efetivos, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 6.º — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo Único — A média das vantagens instituídas pela Lei n.º 6.212, de 19 de agosto de 1971, incorporada aos proventos de inativos, fica com seu valor acrescido do mesmo índice percentual atribuído por esta lei ao respectivo provento básico, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 7.º — É fixada em 7% (sete por cento) a partir da vigência desta lei, elevando-se para 8% (oito por cento)

a partir de 1.º de janeiro de 1.982, a contribuição mensal em favor do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, dos funcionários estaduais, servidores autárquicos e demais filiados ao regime de pensão instituído pela Lei n.º 4.766, de 13 de novembro de 1.963, inclusive dos inscritos facultativamente ou em decorrência de convênios.

Art. 8.º — O benefício da pensão mensal pago pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, passa a ser correspondente a 60% (sessenta por cento) da retribuição sobre a qual estiver sendo calculada a contribuição na data do falecimento do segurado.

§ 1.º — As pensões já deferidas aos beneficiários serão recalculadas com base no módulo percentual fixado neste artigo e pagas com a majoração a partir da vigência desta lei.

§ 2.º — A pensão será reajustada sempre que houver concessão de aumento geral de vencimentos ao funcionalismo, com base nos mesmos índices utilizados para este.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1.981, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 9 de outubro de 1.980

a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 143/80

Encaminhado à esta Casa por Mensagem Governamental, o projeto de lei em tela visa ensejar a majoração, a partir de 1.º de janeiro de 1.981, da tabela de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Fixa, também, novos valores do salário-família, pensões especiais, gratificação de regência de classe e de produtividade. Contempla ao respectivo pessoal inativo, aplicando, no que couber, as disposições ora em apreciação e trata da contribuição mensal em favor do Instituto de Previdência do Estado — IPE e do benefício da pensão que este paga.

A matéria se reveste de indiscutível mérito, pois, a remuneração do servidor público se constitui em fator importante para a melhor produtividade do trabalho desenvolvido pelo Estado.

É certo que um índice superior ao proposto, seria mais conveniente para o atendimento às necessidades econômicas, individuais ou familiares, notadamente dos que ocupam cargos de níveis iniciais. A abalizada exposição de motivos da Secretaria de Recursos Humanos, acolhida pelo Sr. Governador, porém, noticia que:

“Na definição da alternativa escolhida, o esforço conjunto das Secretarias envolvidas no estudo, utilizando ao máximo a flexibilidade orçamentária, conduziu à solução que mais se aproxima dos índices ideais de reajustamento de vencimentos para o próximo exercício”.

Por outro lado, o reconhecimento aos inativos que contribuíram eficazmente para o bem-estar geral e o apoio maior aos pensionistas, são medidas de justiça.

Outrossim, analisando o plano de lei nos seus aspectos de constitucionalidade e legalidade, conforme as atribuições desta Comissão Técnica, verificamos que o mesmo, s.m.j., está em condições de receber o parecer pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22 de outubro de 1.980.

aa) Augusto Carneiro, Presidente;
Ezequias Losso, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 143/80

Através da Mensagem n.º 64/80, o Poder Executivo

propõe a esta Casa a majoração dos vencimentos do pessoal civil e militar do Estado, para vigorar em janeiro do próximo ano, conforme tabelas que constam dos anexos I e II, do projeto. O salário-família, as pensões especiais, as gratificações de regência de classe e demais vantagens e benefícios existentes, igualmente recebem novos valores.

O percentual de contribuição mensal em favor do Instituto de Previdência do Estado igualmente sofre alteração para 7 e 8 por cento, respectivamente em 1.981 e 1.982.

Mensagem aditiva, de n.º 73/80, do Executivo, propõe a elevação para Cr\$ 59,00 (cinquenta e nove cruzeiros) a importância a ser paga por dia útil de aula efetivamente ministrada, a título de gratificação de Regência de Classe e a alteração para Cr\$ 10.044,00 (dez mil e quarenta e quatro cruzeiros) o valor do vencimento proposto para o nível 1, da Tabela VI, do Magistério.

A matéria, sob o aspecto financeiro, atende a todos os requisitos e exigências da legislação e da técnica de gestão dos dinheiros públicos.

Pela aprovação, é o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1.980

aa) Quielise Crisóstomo, Presidente;
Gabriel Manoel, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 143/80

O presente Projeto de Lei n.º 143/80, objetiva a majorar a partir de 1.º de janeiro de 1.981, a tabela de vencimentos do funcionalismo público estadual, na forma que especifica. Anexo ao processo, deparamos com a Mensagem Governamental n.º 73/80, que visa introduzir modificações ao anteprojeto de lei anteriormente encaminhado pela Mensagem Governamental n.º 64/80.

Analisando-se a matéria sob o aspecto dos Recursos Humanos, a que é chamada a opinar esta Comissão, tendo-se em vista já haver sido examinada e merecido parecer favorável, no seu aspecto legal, constitucional e financeiro, temos que de acordo com a justificativa que acompanha a Mensagem Governamental, na Exposição de Motivos encaminhada através do Ofício n.º 2277, Gab. de 08.10.80, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, a majoração ora proposta procura, na medida das possibilidades do Erário Público, proceder a recuperação do poder aquisitivo dos salários pagos ao funcionalismo público estadual, em face da elevação do custo de vida. Isto, após exaustivas análises e confrontos entre os setores do Estado responsável pelas Finanças e Planejamento.

Assim temos, que a atual proposta está em consonância com as reais possibilidades financeiras do Estado, não havendo mais nada que possa impedir a sua aprovação por esta Casa.

Para atender a técnica legislativa, englobando as modificações propostas pela Mensagem Aditiva 73/80, apresentamos Substitutivo Geral, com o propósito de estabelecer melhores condições na sua tramitação e posterior aprovação.

Com isso, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação, na forma do Substitutivo Geral, que ora apresentamos.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1.980.

a) Jurandir Messias — Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 143/80

Art. 1.º — A partir de 1.º de janeiro de 1.981, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Esta-

do e dos integrantes da Polícia Militar do Estado passam a vigorar com os valores dos anexos I e II.

Art. 2.º — O valor unitário do salário família atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 3.º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 4.º da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1.979, fica fixado em Cr\$ 3.664,00 (três mil, seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 4.º — O valor da gratificação de regência de classe, de que trata o art. 10 da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1.979, fica fixado em Cr\$ 59,00 (cinquenta e nove cruzeiros).

Art. 5.º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis n.ºs 6.569, de 25 de junho de 1.974; 6.593, de 15 de agosto de 1.974; 6.641, de 04 de dezembro de 1.974; 6.787, de 31 de maio de 1.976 e 7.066 de 06 de dezembro de 1.978, fica majorada em índice percentual igual ao atribuído por esta lei, aos vencimentos dos cargos efetivos, desprezadas as frações de cruzeiros.

Art. 6.º — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nós ocupamos a tribuna no horário da Liderança, para abordar esse problema relativo à elevação dos salários do servidor público do Estado. E peço vênha a Vossa Excelência para trocar de local e som. (vai à tribuna).

Sr. Presidente, no bojo deste projeto encontra-se também o problema relativo ao Magistério Estadual. É de conhecimento público de todo o Estado e do País também, que o magistério paralizou suas aulas, em função de reivindicações de melhores pisos salariais, além de outras reivindicações que constaram de documentos formalizados e entregues ao Governo.

Após entendimentos com as Diretorias de Associações que congregam a classe, chegou-se a um ponto de preliminar ajuste para efeito de consideração de uma política do Governo, com relação ao magistério. E dentre os pontos alinhavados e ajustado pelo Governo ou que o Governo teria acedido à manifestação do magistério, tem capital importância a relativa ao salário básico, num documento que se elaborou, chamado então de pró-memoria assinado pelos Secretários que se ajustaram com os representantes do magistério. Naquele documento, o Governo coloca que o salário básico vigente para o magistério como piso salarial, a quantia mínima de Cr\$ 1.044,00. Fora este piso salarial, há ainda o instituto da Regência de Classe, cujo valor também foi afixado pelo Governo, em Cr\$ 1.534,00.

Ora, se o salário base seria de Cr\$ 1.044,00 e regência de Cr\$ 1.544,00, e agora o Governo encaminha uma nova mensagem sobre esta que originou o Projeto de Lei n.º 143/80 ora em discussão. É necessário, no meu entender, que houve uma alteração no entendimento do espírito da lei, do espírito da mensagem e do mérito também. E há necessidade, eu chamo a atenção agora, de S. Ex.ªs, os Srs. Deputados, para apreciarem esta questão, embora o projeto esteja com regime de urgência, é necessário que se faça um adendo se faça uma emenda, provavelmente necessária de ser apreciada pela Comissão de Justiça.

Eu venho à tribuna, para propor aos eminentes Srs. Deputados e à Presidência, principalmente à Presidência, para suspender a sessão por cinco minutos e as lideranças entenderem de que forma nós vamos solucionar esta causa superveniente, que se trata de uma nova mensagem do Governo do Estado, sobre-proposta ao projeto em discussão. Isto porque ela altera o valor básico de vencimentos do Magistério, e afora isso, há que se interpretar também o problema de regência que não consta desta segunda mensagem do Governo. Eu faço este apelo à Presidência, para que as Lideranças partidárias tomem não só ciência, mas também haja um entendimento para que possamos superar sem obstáculo de natureza legislativa do processo legislativo.

Veja-se por exemplo, para extrair este nosso pensamento, no dia 29 de outubro de 1.980, o Governo do Estado, endereçou ao Sr. Prof. Isaias Ogliari, Pres. da Ass. dos Prof. do Paraná, este chamado documento Pró-Memória, e um dos pontos fundamentais que o Governo alinhava, se ajusta, e que destaca neste documento, é de que textualmente e faço entre aspas, o Governo concederá piso salarial de dois salários mínimos regionais a partir de janeiro de 1.981. A partir desta, inclusive, está subscrito pelo Sr. Governador do Estado, esta Mensagem, superveniente, aditiva, e que completa o espírito do ajuste feito pelos professores, não traz no seu bojo, a menção da regência de classe, e se não fosse o documento assinado por S. Ex.ª o Governador, não haveríamos de estar nesta tribuna, postulando um entendimento entre as lideranças, a fim de que o Magistério não sofra um prejuízo de mais de Cr\$ 2.000,00, na administração da regência de classe. Por esta razão, enfatizo este apelo, de que as lideranças se entendam para que se possa dar prosseguimento no Processo Legislativo da Mensagem em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Não obstante, a matéria estar em 1.ª discussão e discute-se apenas a constitucionalidade, esta Presidência faculta ao Deputado, atende ao requerimento do Deputado e suspende a sessão por cinco minutos para que Vossa Excelência possa contatar com as lideranças e dirimir dúvidas que eventualmente exista. Suspensa a sessão por cinco minutos. (É suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Está reaberta a sessão.

Continua com a palavra o Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, tendo havido o maior interesse da parte da Liderança do Governo em levar em consideração este aspecto por nós abordado aqui desta tribuna, juntamente com a Liderança do PP, eminente Deputado Dácio Leonel, e do Líder do nosso Partido, como se trata de votação do problema da constitucionalidade, e a emenda a ser apresentada regimentalmente há de ser feita em segundo turno de discussão, nós examinaremos em conjunto esta matéria, e amanhã, em turno de segunda discussão, apresentaremos a emenda a qual citamos e levantaremos aqui a questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Encerrada a discussão.

Em votação. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 68/80), que concede um abono provisório aos funcionários civis e militares do Estado, para ser pago, somente no mês de dezembro de 1.980. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA

PROJETO DE LEI N.º 152/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Aos ocupantes de cargos efetivos ou em comissão do Serviço Público Civil do Estado, aos integrantes da Polícia Militar, e ao respectivo pessoal inativo, fica concedido um abono provisório, pagável de uma só vez, durante o mês de dezembro do corrente ano, nas seguintes bases:

I — no valor de 30% (trinta por cento) sobre o respectivo vencimento ou soldo básico, desde que esse vencimento ou soldo não seja superior a Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros); e

II — no valor fixo de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros), para aqueles cujo vencimento ou soldo básico exceda a Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros).

Art. 2.º — o abono de que trata a presente lei é vantagem autônoma e insuscetível de incorporação, não podendo servir de base de cálculo de quaisquer vantagens.

Art. 3.º — Para atender despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de até Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), servindo como recursos para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no § 1.º, do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 24 de outubro de 1.980.

a) Poder Executivo.

ANEXO I

TABELA I

CARGOS EFETIVOS DO PODER EXECUTIVO

NÍVEL	VALOR
1	6.331,00
2	6.331,00
3	6.331,00
4	6.331,00
5	6.376,00
6	6.515,00
7	6.656,00
8	6.799,00
9	6.940,00
10	7.084,00
11	7.224,00
12	7.363,00
13	7.506,00
14	7.648,00
15	7.789,00
16	7.932,00
17	8.761,00
18	9.779,00
19	10.765,00
20	11.802,00
21	12.812,00
22	13.808,00
23	14.829,00
24	15.832,00
25	16.838,00
26	17.855,00
27	18.873,00
28	19.878,00
29	20.884,00
30	22.053,00

ANEXO I

TABELA II

a)	POLÍCIA MILITAR	
	Soldo do Posto de Coronel	31.893,00
b)	POLÍCIA CIVIL	
	Vencimento de Delegado de Polícia da 1a. Cl.	31.893,00

ANEXO I

TABELA III

COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO - CRE

a)	Agente Fiscal I, Classe "C", Ref. IV	27.354,00
b)	Diretor do CRE (EM COMISSÃO)	37.707,00

ANEXO I

TABELA IV

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

a)	PROCURADORES:	
	CLASSE	VALOR
	1ª	70.530,00
	2ª	63.593,00
	3ª	57.351,00
b)	ADVOGADOS:	
	1ª	46.116,00
	2ª	41.622,00

ANEXO I

TABELA V

ENGENHEIROS

CLASSE	VALOR
1ª	70.530,00
2ª	63.595,00
3ª	57.351,00

4ª	51.734,00
5ª	46.116,00

ANEXO I TABELA VI
MAGISTÉRIO

NÍVEL	VALOR
1	9.916,00
2	13.466,00
3	16.106,00
4	18.746,00
5	25.415,00

ANEXO I TABELA VII
PROFESSOR QUADRO ÚNICO

CARGO: PROFESSOR	VALOR
Licenciatura Plena - 22 horas	18.746,00
Licenciatura Plena - 15 horas	13.158,00
Licenciatura Plena - 10 horas	9.167,00
Licenciatura Curta - 22 horas	16.106,00
Licenciatura Curta - 15 horas	11.358,00
Licenciatura Curta - 10 horas	7.965,00
Não Licenciado - 22 horas	13.465,00
Não Licenciado - 15 horas	9.558,00
Não Licenciado - 10 horas	6.766,00

ANEXO I TABELA VIII

CARGOS EM COMISSÃO
DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E
DO TRIBUNAL DE CONTAS

a)	SÍMBOLO	VALOR
	1 - C	31.126,00
	2 - C	28.746,00
	3 - C	26.536,00
	4 - C	24.511,00
	5 - C	22.645,00
	6 - C	20.920,00
	7 - C	19.360,00
	8 - C	17.901,00
	9 - C	16.573,00
	10 - C	15.325,00
	11 - C	14.219,00
	12 - C	13.158,00
	13 - C	12.196,00
	14 - C	11.319,00
	15 - C	10.516,00
b).	DAS 1	73.548,00
	DAS 2	66.969,00
	DAS 3	60.992,00
	DAS 4	53.631,00
	DAS 5	41.486,00

ANEXO I TABELA IX

FUNÇÃO GRATIFICADA DOS PODERES
EXECUTIVO, LEGISLATIVO, JUDICIÁRIO E DO TRIBUNAL DE CONTAS

SÍMBOLO	VALOR
1 - F	3.986,00
2 - F	3.384,00

3-F	2.984,00
4-F	2.395,00
5-F	2.189,00
6-F	1.787,00
7-F	1.388,00
8-F	1.198,00
9-F	978,00
10-F	794,00

ANEXO I.

TABELA X
PESSOAL EFETIVO DO PODER JUDICIÁRIO

NÍVEL	VALOR
1	6.331,00
2	6.331,00
3	6.331,00
4	6.331,00
5	6.376,00
6	6.515,00
7	6.656,00
8	6.799,00
9	6.940,00
10	7.084,00
11	7.506,00
12	7.836,00
13	7.941,00
14	8.058,00
15	8.974,00
16	9.859,00
17	10.909,00
18	11.959,00
19	12.994,00
20	14.038,00
21	15.094,00
22	16.150,00
23	17.193,00
24	18.237,00
25	19.267,00
26	20.309,00
27	21.369,00
28	22.413,00
29	23.465,00
30	24.508,00

ANEXO I

TABELA XI
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

NÍVEL	VALOR
18	11.785,00
17	12.733,00
16	13.765,00
15	14.890,00
14	16.518,00
13	18.674,00
12	19.577,00
11	21.214,00
10	23.412,00
9	25.977,00
8	28.541,00
7	32.387,00
6	35.196,00
5	38.283,00
4	41.670,00
3	45.395,00
2	46.606,00
1	52.164,00

ANEXO I

TABELA XII

TRIBUNAL DE CONTAS

CARGO	SIMBOLOGIA	VALOR
Técnico de Controle Externo	TC 100.5	47.415,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.4	40.167,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.3	32.643,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.2	26.352,00
Técnico de Controle Externo	TC 100.1	23.479,00
Auxiliar de Plenário	TC 200.2	22.728,00
Auxiliar de Plenário	TC 200.1	21.873,00
Oficial de Controle	TC 300.5	20.949,00
Oficial de Controle	TC 300.4	19.651,00
Oficial de Controle	TC 300.3	17.941,00
Oficial de Controle	TC 300.2	16.231,00
Oficial de Controle	TC 300.1	15.547,00
Auxiliar de Controle	TC 400.3	14.864,00
Auxiliar de Controle	TC 400.2	13.495,00
Auxiliar de Controle	TC 400.1	11.785,00
Auxiliar Administrativo	TC 500.3	10.930,00
Auxiliar Administrativo	TC 500.2	9.871,00
Auxiliar Administrativo	TC 500.1	8.025,00

ANEXO I

TABELA XIII

PODER JUDICIÁRIO

CARGO	VALOR
Assistente Jurídico PJ TJ-1	38.631,00
Assistente Jurídico PJ TJ-2	42.791,00
Assistente Jurídico PJ TJ-3	47.415,00

PARTE SUPLEMENTAR

Assessor de Imóveis	46.058,00
---------------------	-----------

ANEXO I

TABELA XIV

TRIBUNAL DE ALÇADA

CARGO	VALOR
Assistente Jurídico PJ TA-3	42.466,00
Assistente Jurídico PJ TA-2	39.026,00
Assistente Jurídico PJ TA-1	35.586,00
Assistente Técnico Administrativo PJ TA-2	39.026,00
Contador PJ TA-1	35.586,00

ANEXO II

TABELA I

MAGISTRARUA

CARGO	VALOR
Desembargador	120.804,00
Juiz do Tribunal de Alçada	114.820,00
Juiz de Entrância Final e Auditor da Justiça Militar	107.506,00
Juiz de Entrância Intermediária	96.879,00
Juiz de Entrância Inicial	87.307,00

Juiz Adjunto 78.690,00

ANEXO II

TABELA II

CARGO	VALOR
Conselheiro	120.804,00
Auditor	108.839,00
Procurador junto ao Tribunal de Contas	108.839,00

EM COMISSÃO

Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas 120.804,00

ANEXO II

TABELA III

MINISTÉRIO PÚBLICO

CARGO	VALOR
Procurador Geral da Justiça (em comissão)	120.804,00
Procurador da Justiça	114.820,00
Promotor de Entrância Final	107.506,00
Promotor de Entrância Intermediária	96.879,00
Promotor de Entrância Inicial	87.307,00
Promotor Substituto	78.690,00

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 152/80

O Projeto de Lei n.º 152/80, originário de Mensagem Governamental, tem por escopo a concessão de abono provisório, a ser pago no mês de dezembro do corrente ano, em bases que especifica, ao funcionalismo público do Estado do Paraná.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a matéria no seu aspecto legal e constitucional está em condições de merecer a aprovação desta Casa, à vista de que a atribuição para tal iniciativa é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos termos do inciso I, do Art. 47 da Constituição Estadual.

A detalhada exposição de motivos que acompanha a Mensagem, estribada em justificativa apresentada pela Secretaria dos Recursos Humanos demonstra a oportunidade e urgência da proposição, bem como sobre as condições da concessão de tal abono.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, deixando-se à análise de seu mérito para as demais Comissões desta Casa, que ainda o apreciarão, concluindo-se por sua APROVAÇÃO no âmbito desta Comissão.

Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO – Presidente
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 152/80

Através da Mensagem n.º 68/80, do Governador, é proposta a concessão de um abono provisório aos funcionários civis e militares do Estado, inclusive aos inativos, um abono provisório, pagável de uma só vez, durante o mês de dezembro do corrente ano, na forma que especifica.

A matéria está escudada na necessidade de suprir, em parte e por antecipação ao aumento geral de vencimentos proposto para vigorar em janeiro próximo, a defasagem existente entre a atual remuneração e a crescente elevação do custo de vida.

Os aspectos financeiros da iniciativa, devidamente cumpridos com a abertura de crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros), no art. 3.º, para cobrir as despesas com a execução da lei.

O projeto atende às exigências de ordem financeira, pelo que merece aprovação.

O Parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 07 de novembro de 1980.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente
GABRIEL MANOEL – Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 152/80

Originário da Mensagem Governamental n.º 68/80, o presente Projeto de Lei n.º 152/80, tem por finalidade a concessão de um abono provisório, a ser pago somente no mês de dezembro do corrente, ao funcionalismo público civil e militar do Estado do Paraná.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável das duntas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No aspecto dos Recursos Humanos, a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que a proposta apresentada pelo Chefe do Poder Executivo vem justificada através da Exposição de Motivos encaminhada pelo Ofício n.º 2323 de 24/10/80 do Senhor Secretário de Recursos Humanos, o que nos convence da sua oportunidade, bem como da urgência da sua tramitação por esta Casa.

Com isso o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de novembro de 1980.

aa) JURANDIR MESSIAS – Presidente e Relator

Em votação. – Aprovado

O SR. PRPSIDENTE (Basílio Zanusso) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique Spagolla, ocorrido no Município de Santa Mariana. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Direção do Instituto Nacional de Previdência Social, encarecendo a instalação de uma agência na cidade de Cianorte. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, com o apoio do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Confederação Brasileira de Futebol, pleiteando a manutenção do Grêmio de Esporte Maringá, na Taça de Prata. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a indicação de um médico para responder pelo Posto de Saúde da cidade de Santo Antônio da Platina, bem como o envio de medicamentos para aquela unidade sanitária. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, no sentido de que sejam promovidos, por avanço diagonal, os professores estável pela Lei n.º 6819/76. – **Aprovado.** – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Friedrich e Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, com o objetivo do afastamento imediato do Sr. Luiz Bonatto do cargo de Prefeito nomeado para o Município de Medianeira, para que possa responder às acusações que pairam sob sua administração em detrimento do município. – Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) – Concedo a palavra para discutir ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE – Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Por dever, como representante desta área na Assembléia Legislativa do Estado; por justiça, em defesa do povo do oeste paranaense, e especialmente do município de fronteira, Medianeira, que nós solicitamos da Mesa, para discutir, o requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelson Miguel Friedrich e Gernote Kirinus, que solicitam apenas o afastamento do Prefeito Municipal de Medianeira, Sr. Luiz Bonatto, temporariamente, até que a justiça julgue os processos que contra si estão sendo discutidos na justiça comum, do Município de Medianeira.

Não pedem a exoneração definitiva deste Prefeito. Não pedem cadeia para ninguém. Pedem apenas que se dê o direito, que a justiça julgue afastado de seu cargo para que, no futuro, não possam ocorrer até mesmo possíveis comentários de que, por estar esse cidadão à testa da municipalidade, venham influir sobre a justiça, no julgamento dos diversos processos que estão sendo julgados na justiça comum de Medianeira.

Temos conhecimento de que, além de quatro processos comuns, há também uma ação popular que, pela demora da Justiça de Medianeira em seu julgamento, foi dado entrada na Procuradoria Geral da República, Seção do Paraná. E esta mesma Assembléia Legislativa, na sessão de ontem, fez aprovar, por unanimidade, um pedido simples e tão somente de esclarecimen-

to àquela autoridade competente de como está o andamento daquela processo.

Não estamos discutindo, porque possa parecer que é um caso pessoal. Não, absolutamente. Discutimos porque é defesa do próprio Partido que representamos. E não podemos assistir, de braços cruzados uma mesma pessoa à frente de um cargo que a Constituição diz que deve ser renovado, de quatro em quatro anos, pelo voto livre do povo.

E esta mesma figura está, há 12 anos, à frente desse município. Poderíamos acusar outros Srs. Prefeitos que já estão há mais de quatro anos, em outras prefeituras. Mas não temos razão para isso. Temos que ter a consciência tranqüila em defesa do povo de cada comunidade.

Poderíamos acusar o Prefeito de Guaíra que está, à frente do Executivo Municipal, há muito mais tempo. Mas, estamos atentos a casos que têm processos na Justiça. E o Prefeito de Guaíra, bem como o de São Miguel do Iguaçu, estão à frente de suas municipalidades porque foram eleitos pelo povo. Consequentemente, através de um ato do Governo Federal, criando e denominando de Área de Segurança Nacional, foi dada a continuidade desses cidadãos permanecerem nos cargos, até hoje.

Mas, o Prefeito de Medianeira nunca foi eleito a nada. Nem a presidente de entidades sociais. A única vez que concorreu pelo voto livre do povo, foi à Presidência da COTREFAL, Cooperativa de Medianeira. E depois de seis meses à testa dessa entidade, foi pedido seu afastamento, sua renúncia, pelo Conselho Fiscal da própria COTREFAL.

Então, esse homem é contra o povo. O povo não o deseja em seu lugar. Agora mesmo, sob protestos, concorreremos com uma chapa à Convenção do Município de Medianeira, porque sendo o segundo Deputado mais votado em Medianeira, eu tinha a impressão que tinha o direito de defender aquele povo.

Mas, única e exclusivamente, por ter o Governador do Estado e o Banco Central, enviado telegramas a este Parlamentar, de que fora aprovado, para o Município de Medianeira uma agência da Caixa Econômica Federal, eu fui tachado de mentiroso, eu fui espoliado através da emissora local, de que este Parlamentar até poderia ter inventado este telegrama, que, eu nem sabia que a Caixa Econômica de Medianeira era solicitada, de há tempos. Ora, meus Senhores! Eu enviei um ofício ao Banco Central e à Presidência da Caixa Econômica por solicitação do Vereador Presidente daquele Município, que também hoje nega, por ter sido pressionado pelo Prefeito Municipal. Mas, a assinatura vale mais do que a palavra! Muito vale o ditado que diz: "as palavras, morrem", muito vale para mim, as palavras morrem no ar, mas os escritos, permanecem, por isto gosto, sempre, de documentar as passagens que possam, no futuro, gerar alguma dúvida sobre a nossa atuação política. Mas os Deputados Gernoté Kirinus e Nelton Friedrich, quando requerem a esta Casa o seu afastamento, eles o fazem também, com o direito devido de Parlamentar eleito pelo povo, apesar de serem do Partido de Oposição, mas também têm a representatividade do voto popular dado pelo povo de Medianeira. E, meus nobres Pares, Sr. Presidente, não vejo porque não ser aprovado este requerimento, um simples requerimento que pede o afastamento temporário de um cidadão, do seu cargo, e a exemplo deste requerimento, esta Casa aprovou também, um semelhante, para afastar, temporariamente, um sub-diretor do DETRAN, até que se provasse através de sindicância, a sua participação, ou não, em corrupção. E por que não se dar o mesmo direito neste caso? Será que este homem detém um poderio maior do que os demais? Um Prefeito que se diz, na região, o grande representante do Governador Ney Braga, quando nós todos que fazemos parte do Partido Democrático Social representamos o Poder Legislativo e reivindicamos, junto ao Sr. Governador, melhorias e benefícios para os municípios que representamos em cada região?

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há tempos atrás, o Tribunal de Contas do Paraná deu Parecer Contrário à aprovação das contas de Medianeira, porque havia um erro, que foi considerado técnico, mas eu, acho maldoso, e não, técnico, quando o Prefeito Municipal comprou u'a máquina moto-niveladora, sem a autorização do Poder Legislativo Municipal e, quando o Tribunal requereu da Câmara Municipal, a lei, a Câmara mesmo atestou que não houvera esta lei. Então, Srs. Deputados, votar contra este requerimento, é votar contra nós, é votar a favor de um homem que tem as características de não popular, de não democrático, porque, é contra o direito do Legislador, participar da Administração na aprovação ou rejeição das leis que o Executivo encaminha aos legislativos. Por este motivo e tantos outros, nós pedimos aos nobres Pares, aos companheiros Deputados de todas as bancadas, que votem favoravelmente a este requerimento, porque estamos, todos, desta feita, de mãos juntas, apoiando o retorno democrático ao nosso País, afastando, temporariamente, de um cargo, um cidadão que nunca recebeu o apoio popular.

Que estaria um cargo única e exclusivamente, de competência do Governador do Estado pela sua confiança mas que também fora escolhido pelo Governador Ney Braga, já vem há 12 anos no Poder, cometendo arbitrariedade naquela municipalidade.

E nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apelamos através de toda a tranqüilidade que temos neste assunto. Porque recebemos reflexos mais urgentes e mais de imediato, porque participamos do desenvolvimento da comunidade de Medianeira e de toda Região Oeste Paranaense.

Mas, vejamos os Srs. Deputados, desde 1972 que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná não dá Parecer favorável às contas do Executivo de Medianeira. Além disso, de 1976 até este ano, a Câmara também não recebeu as contas para exame. Mas, como é que podemos aceitar?

Se nós aqui recebemos as contas do Governo do Estado para aprovarmos ou rejeitarmos, a Câmara Municipal de Medianeira nem recebe para análise, segundo palavras e declaração dos próprios Vereadores daquela municipalidade. Em certa época, Sr. Presidente, Srs. Deputados, só para demonstrar do poderio deste Prefeito a que nos referimos, é bom não repetir este nome, porque não é nosso desejo estar lembrando de pessoas que não são gratas ao nosso convívio — mas, para demonstrar a arbitrariedade e a sua própria impopularidade e imposição, chamara a seu gabinete o Prefeito, os Srs. Vereadores que compõem o Partido Democrático Social naquele município, para comunicar-lhes de que o Governador Ney Braga haveria telefonado a este Prefeito que não mais perseguísse os homens que politicamente acompanharam nas eleições de 1978, este Parlamentar que vos fala. E, este próprio Prefeito, aí foi que começou a sua perseguição até mesmo ameaçando através de mandar fiscais nas casas comerciais.

Não podemos, Srs. Deputados, continuar aceitando esses desmandos, porque nós acreditamos que a abertura democrática tanto prometida pelo Presidente Figueiredo e pelo posicionamento democrático que tem demonstrado o Governador Ney Braga, não se pode aceitar aqueles que, fazendo parte de um contexto político, que deseja dar direito ao povo através de democracia, queiram espezinhar os próprios mandamentos do nosso Partido.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento)

Deputado Tércio, com muito prazer para me solidarizar com Vossa Excelência, entendo que Vossa Excelência traz a esta Casa a voz do povo, Deputado Estadual que é, muito bem votado em Medianeira. E, o Prefeito Municipal de Medianeira, é o Prefeito eleito pelo método não recomendável, ou o Prefeito indicável pelo método não recomendável de nomeação.

Portanto, entre a palavra de Vossa Excelência, ratificada pelos pronunciamentos dos Deputados Oposicionistas que também foram votados em Medianeira, entre a palavra de Vossa Excelência e os Deputados da Oposição e a palavra do Prefeito, nós Deputados devemos ficar solidários a um homem que vem a esta Casa comentar o fato político em Medianeira e o fato administrativo com o respaldo popular.

Por isso Vossa Excelência receba, deste Deputado, a solidariedade ao seu discurso e ao seu posicionamento pessoal.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Agradeço ao companheiro

Luiz Alberto, por ter nos trazido e reafirmado o seu apoio.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Tércio Albuquerque, nós não conhecemos efetivamente o Prefeito de Medianeira, também não queremos falar em nome da bancada e nem como líder do Governo, mas como Deputado, como colega de Vossa Excelência, dizer que nós não conhecemos o Prefeito de Medianeira, porque não me consta que ele houvesse disputado eleições para a Prefeitura daquele município.

E Vossa Excelência está aqui hoje falando em nome do povo. Vossa Excelência chegou aqui pelo voto soberano, livre do povo paranaense. Então, nessas condições, quero apresentar a minha solidariedade a Vossa Excelência porque Vossa Excelência falando em nome do povo está falando em nome do Paraná. Por isto é que eu quero deixar consignado na ata dos trabalhos a minha solidariedade à pessoa de Vossa Excelência durante atingido por um homem que não tem sensibilidade política, porque nunca disputou votos.

Não chegou ao cargo que exerce através do sufrágio popular, e sim por conjunturas especiais que não nos compete analisar no momento, mas que eu acho já superadas as conjunturas, as circunstâncias que o levaram à Prefeitura de Medianeira, superadas já no espaço e no tempo pela própria evolução dos acontecimentos políticos no Brasil e pela própria abertura promovida pelo Presidente João Figueiredo. Esses Prefeitos de nomeação deviam, isto sim, espontaneamente solicitar o seu afastamento dos cargos porque o Brasil está vivendo uma nova era.

O Congresso Nacional vota amanhã emenda que devolve aos brasileiros de todos os Estados o direito de escolher pelo sufrágio universal secreto e direto o seu Governador.

Então não é justo que se mantenham esses quistos, esses resquícios ditatoriais que nós temos presenciado com relação a esses Prefeitos de área de segurança e das próprias capitais brasileiras.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Agradeço o aparte ao nobre Deputado Erondy Silvério, em apoio à nossa palavra e à nossa tese em defesa da representatividade do homem público.

E continuando, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

É com prazer que nós apartamos a sua exposição, que mais uma vez traz a realidade incontestável do Município de Medianeira. Mas a propósito, há pouco Vossa Excelência falava da não prestação de contas, ou inclusive de que durante vários anos as contas daquele município não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

E nós estranhamos exatamente que as contas do Município de Medianeira entre os anos de 72, 73, 74, 75, 76, não foram aprovadas pelo Tribunal de Contas, sob a alegação de falhas técnicas e desorganização verificada na parte contábil do balanço, conforme afirmação inclusive veiculada pela imprensa, que temos em mãos, do dia 11 de novembro.

Pois bem, Deputado, nós também entendemos como Vossa Excelência, que é inadmissível que um município do porte de Medianeira tenha, durante todos esses anos, as suas contas

não aprovados por irregularidades, por falhas técnicas e desorganização e não tenha aprendido. Há que se deixar a dúvida e a suspeita ao menos de que atrás disso existem problemas efetivos de desequilíbrio e desencontro administrativo.

Como se não bastasse, sabemos de outros aspectos até pitorescos que lá existem do então Presidente da Câmara Municipal daquele município, que também é um cidadão que possui um rosário de atividades. E que um cartão de apresentação profissional, faltaria espaço. Porque além de Presidente da Câmara, é assessor de imprensa do Prefeito, é funcionário da Prefeitura; tinha ligações com o MOBRAI, era professor do município. Aliás, se conhecia até como o homem de 16 profissões e era também, portanto, o Presidente da Câmara e funcionário da Prefeitura, Chefe do Departamento de Imprensa do Município e que é o homem então que conduz o Legislativo daquele município.

Ora, Deputado, só isto já bastaria para nós ficarmos analisando aqui toda esta situação delicada de um município que há mais de 12 anos vem sofrendo este verdadeiro bombardeio de desencontros de um Prefeito despota, donatário efetivo e que no seu município tem sido um verdadeiro carrasco com aquelas forças populares, com homens da Oposição, como também com pessoas da Situação.

Como se não bastasse o relatório, que temos em mãos, do cidadão Célio Evangelista Ferreira, que não tem nenhuma vinculação partidária, que inclusive trabalhou anos e anos até na imprensa de Medianeira, onde ele conta, em quatro laudas, fatos estarrecedores, que ele acompanhou, viu, presenciou ou tem conhecimento.

Então, ilustre Deputado, na verdade, para moralizar a administração de Medianeira, para que nós tenhamos a possibilidade de dar àquele povo, um pouco mais de segurança, precisávamos o afastamento deste cidadão e que ele fosse responder aos diversos processos quase uma dezena de processos ajuizados contra a sua pessoa e administração e que claramente merecem de nós o respeito ao povo. Que se afastasse, respondesse os processos, afastado da Prefeitura. E em estando afastado ele, poderia ter o seu direito de ampla defesa, que nós homens da Oposição, também defendemos, mas não é possível que ele permaneça no cargo, continue fazendo tudo aquilo que a população vem condenando e que documentos, manifestações, requerimentos, ações judiciais estão provando e que parece que tudo permanece o mesmo.

Felicitamos Vossa Excelência pela coragem inclusive de se posicionar neste instante, de maneira decisiva, no momento crucial, não só de Medianeira, como também dos outros municípios da área de segurança.

Oxalá tenhamos felicidade neste requerimento, e que o Governador tenha a sensibilidade de intervir de maneira clara, honesta, séria, o Prefeito deve ser afastado, para que ele venha provar que todas as ações e acusações não procedem.

Acho que é o bom senso que está indicando a aprovação desse requerimento e o acatamento pelo Governador do Estado. Muito obrigado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Agradeço a participação de Vossa Excelência, Deputado Nelson Friedrich, por sinal autor do requerimento que, neste momento, discutimos. E para reafirmar a Vossa Excelência e aos demais Srs. Deputados, o nosso desejo de continuar uma luta em benefício de uma comunidade sofrida. Comunidade esta que não tem sequer a liberdade do desejo para a escolha do seu próprio administrador. Que é colhido o seu direito, desde o ato, criando Medianeira, como faixa de fronteira. E para dizer que Medianeira, nós até mesmo estranhamos porque ela está considerada como área de Segurança Nacional e faixa de fronteira, porque ela não faz fronteira com nenhum País.

Medianeira foi criada como faixa de fronteira, incluída na segurança nacional, quando Santa Helena era distrito seu.

Hoje, Santa Helena foi emancipado como município, e nem isto fez com que fosse revogado o ato que incluiu Medianeira na área de segurança nacional.

Não podemos continuar aceitando um ato deste que é injusto, que é ilegal, que é inconstitucional, porque se o ato diz: "É para faixa de fronteira que se denomina como área de segurança nacional", e Medianeira não é. Por quê continuar?

Será que é para ter acobertado o Sr. Luiz Bonatto? Não sei. Vamos deixar no ar.

Concedo aparte ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino. O Sr. Fidelcino Tolentino — Agradeço a gentileza de Vossa Excelência em conceder-me este aparte, e afirmar que anda bem Vossa Excelência neste pronunciamento, já reiterando outro que Vossa Excelência fez, e dizer que me recordo que aqui mesmo desta tribuna, ocupada freqüentemente pela Oposição na legislatura passada, o Deputado Ernesto Dall'Oglio já fazia acusações sérias ao Prefeito de Medianeira, mormente quando houve incêndio de papéis atinentes à sua administração na Prefeitura.

E houve até uma Comissão Especial de Parlamentares, evidentemente composta pela maioria do Governo, e que não teve outro fim senão as várias comissões que aqui se apresentam, com o devido respeito a Vossa Excelência.

Mas, ocorre o seguinte: que nesses municípios de faixa de segurança nacional, isto é mais um engodo do Governo; isto é para tirar do processo eleitoral os munícipes, e para colocar lá homens apadrinhados do Poder dominante.

Mas, nós não podemos, de forma nenhuma, e em hipótese nenhuma, aceitar estas imposturas do regime autoritário, autocrático e militarista que aí está.

Faixa de Segurança Nacional não tem nada que ver com eleição. O que é que tem que ver um agricultor, que trabalha, lavra a sua terra, que já sofre a constrição e o constrangimento do Governo, com a sua política de preço, com a sua política energética, tomando de si, principalmente no antigo Distrito de Medianeira, em Santa Helena, quando implanta, ali, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, num verdadeiro descabimento aos direitos de proprietários e posseiros daquela região? Que se dirá então, de mandatário sem nenhuma conferência, sem nenhuma consulta popular?

E de que forma nós podemos fazer uma avaliação correta, justa, de homens que estão na administração à revelia, inclusive, das lideranças locais, como é o caso de Vossa Excelência e o caso de tantos outros, que lá também detêm parcela de eleitores.

Não é possível, é insustentável do ponto de vista moral, do ponto de vista jurídico, do ponto de vista de segurança nacional, e, sobretudo, da consulta do povo daquela região, para saber se o homem é realmente aquele que se deseja ser o mandatário do município.

Parabenizo Vossa Excelência com este discurso e com esta posição adotada. Não é possível, num Governo que se diz que há seriedade, como é o caso do Governo Ney Braga, permitir a perpetuidade de um homem num mandato delegado assim sem mais consulta daqueles que são os maiores interessados, que são os munícipes.

Parabéns a Vossa Excelência e tem a minha solidariedade nesse requerimento.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Apenas para encerrar, porque o Presidente já nos anuncia apenas um minuto para conclusão.

O Prefeito Luiz Bonatto, recentemente, entregou às mãos do Presidente desta Casa, um ofício que tenta denegrir este Deputado, assinado pelos Vereadores que compõem o PDS, todos eles forçados pelo autoritarismo do Prefeito Luiz Bonatto.

Diz nesse ofício, que este Deputado comparecera à Convenção do Diretório Municipal do Partido Democrático Social,

acompanhado de quatro cidadãos desconhecidos, e que anteriormente ele, através do jornal "Folha de Londrina", denomina os quatro cidadãos como pistoleiros e jagunços do Deputado Tércio.

Ora, eu nunca precisei comparecer em canto nenhum acompanhado de jagunço. Porque, quando minha mãe pariu — com licença da expressão — não existia médico na cidade. Nasci por mão de parteira. Disseram "nasceu um homem", não foi um Deputado.

A minha idoneidade moral de homem não vai — de maneira alguma a ele — e ninguém, tentar denegrir. O que pode acontecer é o povo não acompanhar meu retorno a esta Casa. Isto não significa que nós estamos tendo nossa moral tumultuada e a nossa corrida política em benefício ao Oeste do Paraná. Mas, não podemos aceitar que esse Prefeito procure, através dos Vereadores, chamar minha atenção, através do Presidente deste Poder.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância que não me foi concedida.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Antes de conceder a palavra ao ilustre Deputado Gernote Kirinus, comunico que há, sobre a mesa, requerimento de autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

Requeiro, na forma regimental, audiência da Comissão de Constituição e Justiça ao requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gernote Kirinus e Nilton Friedrich, que solicita o afastamento do Prefeito do Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 12 de novembro de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO"

Em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Peço a palavra, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Não há encaminhamento de votação, Sr. Deputado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Mas eu consigo me pronunciar?

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — A Presidência comunica ao ilustre Deputado que o presente requerimento estará em fase de discussão quando do retorno da C.C.J., se aprovado o requerimento do Deputado Erondy Silvério.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, só para fazer justiça ao Deputado Tércio Albuquerque, gostaria de solicitar a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Lamentavelmente, a Presidência não pode conceder.

Em votação o requerimento. — Aprovado. — Irá o requerimento à C.C.J.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 22, 84, 102 e 133/80.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 143 e 152/80.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 134, 139, 147, 148,

149 e 151/80.

Marcando ainda uma Sessão Ordinária, para sexta-feira, dia 14, às 10,00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 53, 54 e 58/80.

Levanta-se a sessão.

Matéria para transcrição nos Anais da Casa, requerida pelo Sr. Deputado Tércio Albuquerque, em sessão do dia 12 de novembro de 1980.

"A ABERTURA DEMOCRÁTICA NAS ÁREAS DE SEGURANÇA NACIONAL

**DA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA
E DA AUTONOMIA DOS MUNICÍPIOS**

"Não há corpo sem células. Não há Estado sem municipalidades. Não pode existir matéria vivente sem vida orgânica. Não se pode imaginar existência de nação, existência de povo constituído, existência de Estado, sem vida municipal." (Rui Barbosa)

1 — Dos Direitos Políticos nas Municipalidades

São muitas as contradições, inúmeros os tratados no Estado moderno, civilizado e democrático, o direito de auto-administrar-se, pertencendo ao povo nas democracias, pertence-lhe em cada um dos seus círculos de convivência, em cada um dos graus de sua formação.

Não há nem pode haver direitos políticos de todos sem os direitos políticos individuais. Como não pode haver direito administrativo central, unitário e dos Estados-Membros sem o haver nos municípios. Em todos os municípios.

Se o Estado não é a simples soma de direitos administrativos de suas unidades, pois ele as integra, harmônica e desenvolve num plano e numa escala de possibilidades maiores, nos direitos políticos, ele pode e deve, obedecida a Constituição Federal, limitar-se a defendê-los e preservá-los, mesmo que, por exceções legítimas e legais, tenha que diferenciá-los por razões de segurança nacional, ordem pública ou garantia da sobrevivência perante situações adversas.

Não se justificam conceitos de segurança nacional, ordem pública e garantia de sobrevivência senão para os interesses e aspirações das comunidades que vivem integradas à vida nacional, compartilhando sua sorte e destino com a nacionalidade.

2 — Das Exceções Constitucionais

Pelo § 1.º do artigo 15 da Constituição Federal, serão nomeados pelo governador os prefeitos das capitais dos Estados e dos municípios considerados estâncias hidromineiras em lei estadual.

Pelo mesmo modo, serão nomeados pelo governador com prévia aprovação do Presidente da República, os prefeitos dos municípios declarados de interesse da segurança nacional.

3 — Das Mudanças Políticas Revolucionárias

Desde o movimento político-militar de 1964, as modificações imprimidas à sociedade brasileira visavam a criar condições para o desenvolvimento econômico e social e reformar os costumes políticos. Reformas que se justificaram pelos objetivos, e processos que se justificaram, firmes e até violentos, para assegurar os rumos de uma nova fase política e administrativa do País.

Entre os modos e processos pelos quais se pretendeu a renovação política e administrativa do País, estava o de assegurar nas fronteiras, especialmente, um controle de segurança política e a harmonização administrativa.

Embora se conteste a visão injusta de que a segurança não deve ser a expressão das liberdades individuais e públicas integradas e harmonizadas em sua auto-defesa, importa assinalar que por mais de dois lustros prevaleceu o critério e a prática de nomeações de interventores para os municípios das áreas consideradas de segurança nacional, notadamente na faixa de fronteiras.

A resistência do povo à ação dos intendentos evidenciou que essas interventorias não só não serviram aos objetivos maiores do movimento político-militar de 1964, como resultaram, modo geral, numa interseção político-burocrática, despótica, quando não corrupta e inepta, provocando a oposição e o ceticismo na população, e o comprometimento do desenvolvimento municipal com o atraso e a formação de grupos econômicos de perspectivas anti-sociais.

Em todo o País avultam as crises político-administrativas nas áreas de segurança nacional, provocadas pelos interventores.

4 — Da Constituição Federal e os Municípios

Pela Constituição Federal, em seu artigo 15, a autonomia municipal será assegurada:

I — Pela eleição direta de prefeito, vice-prefeito e vereadores...

Sendo a regra a eleitividade do prefeito e vereadores, a Constituição proíbe que se escolham esses representantes municipais por eleições indiretas.

A nomeação para o executivo municipal derroga a cidadania dos habitantes do município e estabelece a desigualdade de direitos nas unidades nacionais.

— A autonomia municipal será ainda assegurada, constitucionalmente:

II — Pela administração própria, no que diz respeito ao seu peculiar interesse, especialmente quanto:

a) à decretação e arrecadação de tributos da sua competência e à aplicação de suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

A nomeação de prefeito pelos governadores contradiz o espírito da Constituição Federal quanto aos três graus do federalismo brasileiro, ferindo a independência e autonomia dos municípios. Diminui a capacidade política, direta e indireta do povo local, de escolher e votar e limita a sua capacidade de fiscalizar a administração.

5 — Proposição

Com vistas a corrigir as atuais distorções do sistema federativo brasileiro, agora que não existem justificativas políticas para manter a cassação dos direitos políticos das populações nos municípios das áreas de segurança nacional, solicitamos que o Partido Democrático Social do Paraná leve a todo o Partido nacionalmente uma posição firme em favor das eleições nos municípios referidos, restaurando-lhes as prerrogativas constitucionais perdidas nos últimos anos. Que leve ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, João Baptista de Figueiredo, e aos Senhores Ministros de Estado, a posição que defende. E que formalize, no Congresso Nacional, emenda à Constituição Federal com este objetivo.

Convenção Regional do PDS do Paraná, em 09 de novembro de 1980.

Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE"